

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2019  
com Relatório do Auditor Independente

# **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações regulatórias**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
**Pampa Transmissão de Energia S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Solaris Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Pampa Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de maio de 2020.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	15
Despesas pagas antecipadamente	7	172
Total do ativo circulante		<u>187</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Despesas pagas antecipadamente	7	529
Tributos diferidos	8	98
		<u>627</u>
Imobilizado	9	460
		<u>460</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.087</u>
		<u>1.274</u>
Total do ativo		<u><u>1.274</u></u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	10	260
Tributos e contribuições sociais	11	28
Total do passivo circulante		<u>288</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	12.a	1.177
Prejuízos acumulados	12.b	(191)
Total do patrimônio líquido		<u>986</u>
		<u>1.274</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.274</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>
Custos gerenciáveis		
Serviços de terceiros		(147)
Seguros		(138)
Gastos diversos		<u>(4)</u>
Resultado da atividade		<u>(289)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(289)</u>
Tributos diferidos	8	<u>98</u>
Resultado do exercício		<u>(191)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>
Resultado do exercício	<b>(191)</b>
Total de resultados abrangentes	<u><b>(191)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Sociedade em 22 de novembro de 2018	1	(1)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento de capital conforme AGE de 29 de março de 2019	<b>229</b>	<b>1</b>	-	<b>230</b>
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2019	<b>578</b>	-	-	<b>578</b>
Aumento de capital conforme AGE de 30 de setembro de 2019	<b>229</b>	-	-	<b>229</b>
Aumento de capital conforme AGE de 27 de dezembro de 2019	<b>140</b>	-	-	<b>140</b>
Resultado do exercício	-	-	<b>(191)</b>	<b>(191)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.177</b>	<b>-</b>	<b>(191)</b>	<b>986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>
Atividades operacionais	
Resultado do exercício	(191)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa utilizado nas atividades operacionais	
Tributos diferidos	(98)
Aumento nos ativos	
Despesas pagas antecipadamente	(701)
Aumento nos passivos	
Fornecedores	260
Tributos e contribuições sociais	28
Fluxo caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(702)</u>
Atividades de investimento	
Imobilizado	(460)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(460)</u>
Atividades de financiamento	
Aumento de capital	1.177
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de financiamento	<u>1.177</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>15</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa 31 de dezembro	<u><u>15</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1. Objeto social**

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”), antiga Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A., foi constituída em 22 de novembro de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 12 de fevereiro de 2019 houve alteração na denominação da Companhia de Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Pampa”).

A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação em 22 de março de 2023.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar - sala 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

#### **1.2. Concessão**

Em 20 de dezembro de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 04/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 13/2019 foi assinado em 22 de março de 2019, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida – RAP após a entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.2. Concessão--Continuação**

- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65km.
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);.
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

#### **1.3. Receita Anual Permitida - RAP**

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 74.721.784, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

#### **1.4. Encargos regulamentares**

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

#### **2.1. Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Nota Explicativa nº 2 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

Devido à Companhia não possuir operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não estão sendo apresentados saldos comparativos.

#### Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 30 abril de 2020.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de tributos diferidos (Nota 8).

### **3. Principais práticas contábeis**

#### **3.1. Instrumentos financeiros**

##### a) Ativos financeiros

##### i) *Classificação e mensuração*

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.1. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Classificação e mensuração--Continuação*

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, e serão incluídos em rubrica denominada "Outros ganhos e perdas", quando aplicável, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) Classificação e mensuração--Continuação

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado--Continuação

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

##### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019, não há ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.1. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2019, não há ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria.

#### **3.2. Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **3.3. Imobilizado em serviço e em curso**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Imobilizado em serviço e em curso--Continuação**

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratar de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

#### **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.5. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados, quando relevante, pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### **3.8. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **3.9. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente à transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

#### **3.10. Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.11. Imposto de renda e contribuição social**

##### Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

##### Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

#### **3.12. Impostos sobre a receita**

##### a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **4. Pronunciamentos vigentes não adotados pelo Regulador**

#### **4.1. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um novo modelo para reconhecimentos de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47 / IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.2. CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

A norma introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável ("impairment") e contabilidade de hedge. Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado.

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.3. CPC 06 - Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.4. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **4. Pronunciamentos vigentes não adotados pelo Regulador--Continuação**

#### **4.4. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro-- Continuação**

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

### **5. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis regulatórias (a partir de 1º de janeiro de 2020), sendo que a Companhia não os adotou de forma antecipada:

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a “Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro” (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatórios financeiros, dentre as diversas alterações requeridas pelo pronunciamento em questão, os seguintes aspectos foram alterados: (i) conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites; (ii) clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos; (iii) define critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); (iv) base de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e (v) determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 5. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019--Continuação

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras e as informações divulgadas. As alterações não resultarão em mudanças significativas nas demonstrações da Companhia.

A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras e conseqüentemente as demonstrações contábeis regulatórias.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>
Bancos	<u>15</u>
	<u>15</u>

### 7. Despesas pagas antecipadamente

	<u>2019</u>
Prêmio de seguro	<u>701</u>
Circulante	<u>172</u>
Não circulante	<u>529</u>

Os valores de prêmio de seguro apresentado, referem-se as garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços e equivalem a importância segurada no montante de R\$ 38.840.984,00, com vigência inicial em 21 de fevereiro de 2019 com fim da última vigência em 17 de dezembro de 2023, com a Axa Seguros S.A, conforme (nota 15).

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 8. Tributos diferidos

#### a) Composição dos tributos diferidos da Companhia

	<u>2019</u>
Imposto de renda diferido	72
Contribuição social diferida	26
	<u>98</u>

Os saldos dos tributos diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações.

A estimativa da companhia é de compensação do prejuízo fiscal, a partir do exercício a findar-se em 2023, em conformidade com a expectativa da finalização da construção, até o exercício a findar-se em 2038, término da concessão.

#### b) Conciliação das despesas tributárias com as alíquotas oficiais

	<u>2019</u>
Resultado antes dos impostos	289
Alíquota nominal	34%
Impostos a alíquota nominal	98
Tributos diferidos	98
	<u>34%</u>

### 9. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, R\$460 utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado está em fase inicial de construção, e após a sua entrada em operação será depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

#### a) Composição do imobilizado

	Custo em		Custo em	Saldo em	Saldo em
	2018	Adições	2019	2019	2018
<b>Ativo imobilizado em curso</b>					
<b>Transmissão</b>					
A ratear	-	460	460	460	-
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<u>-</u>	<u>460</u>	<u>460</u>	<u>460</u>	<u>-</u>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 9. Imobilizado--Continuação

#### a) Composição do imobilizado--Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 10. Fornecedores

	<u>2019</u>
Fornecedores relacionados à implementação da infraestrutura	<u>260</u>
	<u>260</u>

O saldo apresentado na rubrica de fornecedores corresponde substancialmente à serviços prestados inerentes ao projeto.

### 11. Tributos e contribuições sociais

	<u>2019</u>
Imposto de renda retido na fonte	7
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	<u>21</u>
	<u>28</u>

### 12. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

A Companhia foi constituída em 22 de novembro de 2018 com capital social a integralizar de R\$ 1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 12. Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social--Continuação

Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$ 229, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, e integralização de R\$ 1, divididas em 1.000 ações emitidas quando da constituição da Companhia.

Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$578, mediante a emissão de 578.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$229, mediante a emissão de 229.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 27 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$140, mediante a emissão de 140.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.177, dividido em 1.177.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

#### b) Prejuízo acumulado

A companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 191 em 31 de dezembro de 2019.

Resultado do exercício de 2019

(191)

Prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2019

(191)

### 13. Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 14. Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$ 38.840.984,00, com início de vigência em 21 de fevereiro de 2019 com fim vigência em 17 dezembro de 2023, com a Axa Seguros S.A.

### 15. Instrumentos financeiros

#### 15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>Nível</b>	<b>2019</b>
Bancos	6	2	15
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>		<b>Nível</b>	<b>2019</b>
Fornecedores	8	2	260

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **15. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação**

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

### **16. Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **16. Gestão de risco--Continuação**

#### d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

### **17. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

### **18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

#### Balanço patrimonial

	2019		
	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	15	-	15
Despesas pagas antecipadamente	172	-	172
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>187</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	98	(48)	50
Despesas pagas antecipadamente	529	-	529
Ativo de concessão	-	662	662
Imobilizado	460	(460)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.087</b>	<b>154</b>	<b>1.241</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.274</b>	<b>154</b>	<b>1.428</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	260	-	260
Tributos e contribuições sociais	28	-	28
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>288</b>	<b>-</b>	<b>288</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	-	61	61
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>61</b>	<b>61</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	1.177	-	1.177
Prejuízos acumulados	(191)	93	(98)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>986</b>	<b>93</b>	<b>1.079</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.274</b>	<b>154</b>	<b>1.428</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

#### Demonstração do resultado

	2019		
	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário
<b>Operações em continuidade</b>			
Receita operacional	-	662	662
	-	662	662
<b>Tributos</b>			
PIS	-	(13)	(13)
COFINS	-	(48)	(48)
	-	(61)	(61)
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>	-	601	601
<b>Custos e despesas</b>			
Custo de implementação de infraestrutura	-	(460)	(460)
Serviços de terceiros	(147)	-	(147)
Seguros	(138)	-	(138)
Gastos diversos	(4)	-	(4)
	(289)	(460)	(749)
<b>Resultado da atividade</b>	(289)	141	(148)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(289)	141	(148)
Tributos diferidos	98	(48)	50
<b>Resultado do exercício</b>	(191)	93	(98)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

#### 18.1. Contratos de concessão

O concessionário deve registrar e mensurar, para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras societárias, a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação**

#### **18.1. Contratos de concessão--Continuação**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção.

#### a) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação**

#### **18.1. Contratos de concessão--Continuação**

##### a) Ativo de concessão - contratual--Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

#### **18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)**

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

#### **18.3. PIS COFINS diferidos**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

## **19. Eventos subsequentes**

### Transferência do controle acionário

Em 06 de dezembro de 2019, a Sterlite Brazil Participações S.A. (controladora direta da Companhia), a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Brasil Energia) e a Cymi Construções e Participações S.A., celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato"), pelo qual ficou avençada a alienação ao FIP Brasil Energia e à Cymi da totalidade da participação societária em Pampa, representativas de 100% (cem por cento) de seu capital social ("Ações da Requerente"),

O processo administrativo na ANEEL foi iniciado perante a Agência em 17/12/2019, tendo sido formalmente aprovado pela mesma em 21/02/2020, com a publicação do Decreto nº 530/2020.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **19. Eventos subsequentes--Continuação**

#### Transferência do controle acionário--Continuação

Em 10 de março de 2020, se efetivou a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações da Sterlite Brazil Participações S.A. Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (fundo de investimento em participações Multiestratégia devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)) e Cymi Construções e Participações S.A sociedade anônima, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

#### Aumento de capital

Em 05 de março de 2020 houve aumento de capital em R\$309, mediante a emissão de 309.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

#### Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido.

Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.